

LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO

Os documentos
dos professores
sobre a crise

*

Em coletiva Dom
Claudio e Reitora
reafirmam cortes

PROFESSORES REAFIRMAM POSIÇÃO

Não às demissões!

Por uma solução negociada para a crise!

Nas semanas finais de 2005 duas assembléias representativas mostraram a indignação dos professores com as soluções que vêm sendo dadas pela Reitoria para a crise da PUC. Os docentes até aceitam o congelamento de parte de seus salários, porém não abrem mão da garantia de emprego e do seu contrato de trabalho.

No dia 27/12, terça-feira, aconteceu a primeira assembléia que reuniu cerca de 100 professores. Essa reunião foi antecedida por uma série de encontros entre a Reitoria e a direção da APROPUC, onde se discutiu a possibilidade de um acordo que reduzisse os salários docentes por um período, evitando-se porém as demissões.

Os professores aceitaram esta via, ressaltando a defesa do contrato por tempo.

A Reitoria também formulou uma proposta que previa a redução de 50% do adicional por tempo de serviço (uma espécie de empréstimo compulsório com devolução prevista para 2009) e a aplicação em forma linear de um redutor que completasse a quantia exigida para cobrir o déficit mensal de R\$ 4 milhões.

Mais demissões

Uma nova assembléia aconteceria na quinta-feira, 30/12. Desta vez a reunião teve um clima tenso, resultado da nova onda de demissões que a Reitoria “propôs” aos departamentos na tarde de ter-

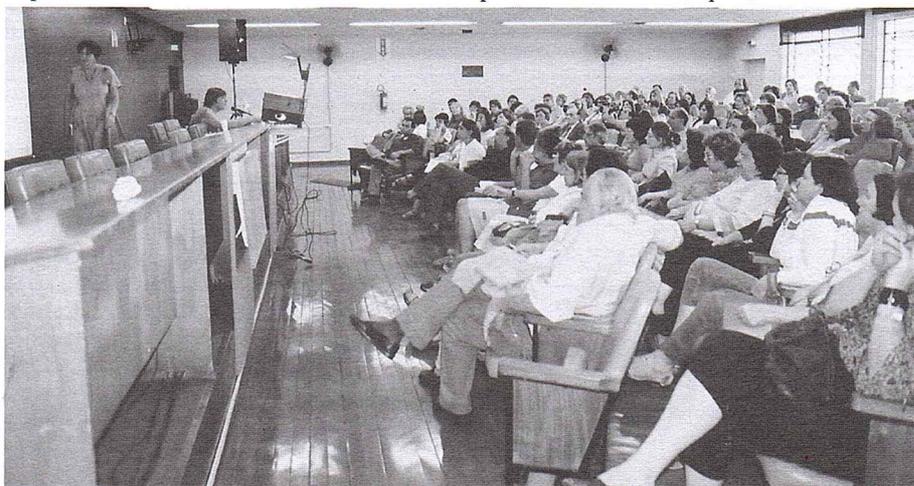
ça-feira, 27/12, enquanto se realizava a primeira assembléia. Antes, representantes da Reitoria encontraram-se com os professores e debateram a situação, admitindo que as demissões deveriam continuar e que um possível acordo envolvendo salários estava descartado (veja matéria nesta edição).

Os docentes deixaram claro o seu descontentamento com as medidas propostas pela Reitoria. Para a Professora Maria Teresa Sérgio, a Téa: “ninguém é contra a avaliação de professores, mas não podemos concordar que ela seja usada como instrumento de demissão”. O professor Erson Martins foi mais enfático, dizendo que “A Reitoria não se sentou com a APROPUC para fazer um acordo, ela queria uma capitulação. Acordo tem de envolver um planejamento estratégico para sair da crise. A Reitoria nos acou-

para obter concessões trabalhistas. Ao mesmo tempo, não atendeu à reivindicação de nenhuma demissão.”

Ao final do encontro, os professores reafirmaram sua posição contra as demissões e pela manutenção das condições de trabalho, a assembléia entendeu também que a avaliação não deve ser encarada como exclusão da universidade. Os docentes recomendaram também que a Reitoria suspenda os seus trabalhos durante o período de recesso acadêmico retomando-os somente em fevereiro. Também foi sugerido que as reuniões entre as assessorias e chefias sejam documentadas em ata.

Nova assembléia está marcada para esta quarta-feira, 4/12, às 15hs, na sala 333 e foi estabelecido um cronograma de discussões a partir de fevereiro, com uma assembléia a ser agendada para a primeira semana daquele mês.



AUGUSTO NAZÁRIO

Professores comparecem em grande número na assembléia de 27/12/05

Aos sindicatos e associações de trabalhadores

Vemos aos trabalhadores pedir solidariedade ao nosso movimento contra as demissões de professores e funcionários da PUC/SP.

Devido a uma crise financeira, a Reitoria abriu um processo de demissões e aumento da jornada de trabalho para o corpo docente. As assembleias da APROPUC aprovaram a posição de luta contra demissões e destruição do contrato de trabalho, uma importante conquista em uma Universidade privada, sem a qual a PUC se igualará às empresas mercantis de ensino.

Temos consciência de que vivemos na época do neoliberalismo, que leva à flexibilização do trabalho e à destruição de conquistas sociais dos trabalhadores, no entanto as assembleias aprovaram realizar um acordo de redução salarial. Isso nos é custoso, mas não tivemos outra possibilidade, dada a ausência de um movimento pelo ensino público.

A Reitoria colocou a faca no pescoço dos docentes, exigindo redução salarial e aceitação de demissões. A negativa de mobilização dos professores, convocados pela APROPUC para inúmeras assembleias, favoreceu o ataque às condições de trabalho e ao emprego. Na situação, a única forma que nos restou foi contrapor-se às demissões, aceitando a via de quebra de direitos.

Logo ficou demonstrado para os professores que a Reitoria estava obstinada a demitir.

As exigências dos bancos de um plano de saneamento e a recomendação de D. Cláudio Hummes de que a Reitoria devia demitir imediatamente confirmou a solução dos cortes. A diretoria da APROPUC vinha observando que esse era o caminho escolhido pela administração da Universidade. Só havia uma saída positiva para a crise: a luta pelo ensino público e gratuito, ou seja, estatização. Mas essa posição correta foi sempre tratada com ceticismo. Faltou um movimento unificado de professores, funcionários e estudantes nesse sentido. Assim, não pudemos tomar a crise em nossas mãos, de forma a defender o trabalho e o ensino.

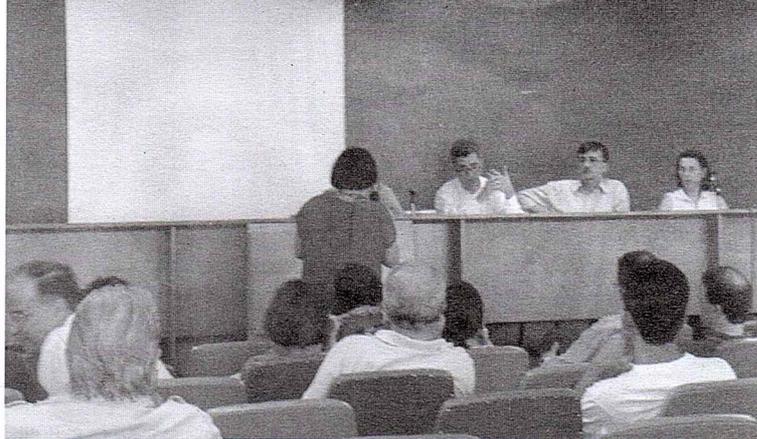
Estamos agora pagando com demissões sem que haja resistência à altura.

As assembleias admitiram negociar cortes na folha de pagamento para preservar os empregos.

Explicamos essa difícil situação justamente porque os sindicatos têm o dever de rechaçar a flexibilização do trabalho. O apoio dos trabalhadores externos à PUC nos ajudará a superar os nossos limites e a enfrentar as demissões. Entendemos que a defesa do trabalho deve fazer parte da luta pela qualidade do ensino e contra a mercantilização.

Não pedimos que os sindicatos e movimentos apoiem as posições das Assembleias da APROPUC, mas que apoiem a bandeira de nenhuma demissão para resolver a crise financeira e pagar altos juros bancários. Confiamos que venceremos esse momento tão adverso e retomaremos a única forma positiva de enfrentar as crises: a mobilização coletiva dos trabalhadores.

APROPUC



Reitoria debate com professores a situação da PUC

FÁBIO NASSIF

ENCONTRO

Reitoria dá explicações sobre demissões

Momentos antes da assembleia de 29/12, os professores Guilherme Simões Gomes, chefe de gabinete, o vice-reitor comunitário João Décio Passos e a assessora da vice reitoria acadêmica Sonia Iglioni, reuniram-se com os docentes na sala 333 para debater a crise da universidade.

Para o vice-reitor comunitário “trata-se de preservar aquilo que é essencial. Não dá para desconsiderar a urgência que os bancos e a Igreja estão pedindo, nem as pressões da comunidade”.

Já o professor Guilherme Simões afirmou que o processo de demissões terá de ser aprofundado, pois a maximização da 65/78 não alcançou os resultados desejados. Quanto às propostas de redução salarial, o professor descartou o redutor salarial por considerá-lo complicado do ponto de vista jurídico, porém não descartou uma redução do adicional por tempo de serviço.

A assessora Sonia Iglioni apontou para o fato de que estamos vivendo uma outra fase da maximização, “onde precisamos enxugar as pequenas gorduras”. A professora negou que a Reitoria estivesse preparando listas de demissões. O que foi apresentado, segundo Sonia, foram sugestões, baseadas no desempenho apresentado pelos docentes no currículo Lattes,

para os chefes de departamento tomarem suas decisões.

Reação dos professores

Vários docentes fizeram uso da palavra para mostrar a sua indignação contra a atitude da Reitoria. Professoras como Silvia Anspach, Vera Cabrera e Marly Cavalcante, indicadas pela vice reitoria acadêmica como possíveis candidatas à demissão, discordaram frontalmente da avaliação da direção da universidade, pois o currículo Lattes que cada uma possui é muito mais expressivo do que aquele anunciado pela Reitoria.

Madalena Peixoto, diretora do Centro de Educação lembrou que as demissões que estavam ocorrendo a partir da terça-feira, 27/12, não obedeciam aos critérios aprovados pelo Consun. A diretora da APROPUC Bia Abramides lembrou, mais uma vez, que o ônus da crise não pode recair somente sobre os professores.

Ao final da reunião a professora Priscilla Cornalbas leu uma carta da APROPUC contendo as reivindicações dos docentes à Reitoria (leia a íntegra nesta edição).

PUCViva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP. **Coordenação:** Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera. **Reportagem:** Jaqueline Nikiforos. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:** Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@uol.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCViva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Carta da APROPUC aos professores

Caro colega

Estamos enviando-lhe o resultado da última assembléia da APROPUC de 29/12/05. Antes tivemos uma reunião aberta com a Reitoria para apresentar em público o resultado das discussões sobre as demissões e outras saídas para a crise. O professor Guilherme, chefe de gabinete, deixou claro que não era possível fazer um acordo que evitasse as demissões e mantivesse a estabilidade que sempre tivemos. Vários professores se inscreveram para mostrar a arbitrariedade da avaliação que os colocou na lista para demissão. Certamente, estamos no auge da crise aguda em que os bancos determinam as medidas e em que D. Cláudio Hummes intervém no sentido de impor a via das demissões. Da parte da APROPUC, acreditamos haver outras possibilidades que resultem da vontade da maioria em abrir mão de determinados direitos trabalhistas. Nesse sentido, a reunião com a Reitoria serviu de tribuna crítica. Mostramos a ela que estava fechando as portas a um acordo com a Associação. Terminamos a reunião lendo uma carta da APROPUC à Reitoria. Em seguida, realizamos a Assembléia que aprovou os seguintes pontos:

1 – A Assembléia reafirma os princípios aprovados na última assembléia de 27/12:

- não às demissões;
- não à destruição do contrato de trabalho;
- acordo em torno dos salários e adicionais como caminho para enfrentar a crise financeira da universidade.

2 – Aprovou o princípio:

- avaliação acadêmica como pressuposto para melhorar a qualidade do trabalho docente – avaliação acadêmica professor, aluno.
- não à avaliação como critério para exclusão e demissão de professores.
- contra qualquer tipo de avaliação antes que a

universidade discuta os processos e procedimentos avaliativos e tenha um prazo para que os professores possam cumprir com os critérios propostos.

3 – Nova assembléia geral da APROPUC 4ª feira, 04/01/06, às 15:00 horas.

4 – Acompanhar a reunião do Consun, 4ª feira, 04/01/06.

5 – Estabelecer um cronograma de atividades da APROPUC para fevereiro/06 com debates e seminários para estudar alternativas de saída para a crise da universidade.

6 – Qualquer acordo deve envolver pontos de um planejamento estrutural para a saída da PUC – respeitando os princípios aprovados pela assembléia.

7 – A Assembléia de 29/12 aprovou a Carta da diretoria da APROPUC à Reitoria como uma carta desta assembléia.

8 – Solicitar que a Reitoria modifique seu cronograma, suspendendo toda e qualquer reunião com chefias acadêmicas e/ou órgãos colegiados durante o período de recesso acadêmico, passando para fevereiro/06 todas as discussões.

9 – Recomendar à Reitoria e às chefias acadêmicas que todas as reuniões realizadas sejam registradas através de atas:

10 – Encaminhar uma carta aos professores com as propostas aprovadas na assembléia de 29/12.

30/dezembro/2005

ASSEMBLÉIA DOS PROFESSORES

Contra as demissões

4/01/2006 – quarta-feira

15h – sala 333

Uma cronologia da crise

Nunca a PUC viu tantos conselhos universitários em tão pouco tempo. Por quatro vezes no mês de dezembro os conselheiros se reuniram para debater os destinos da PUC, em meio a uma crise que se agudizou a partir do segundo semestre.

No dia 15/12 o Consun reuniu-se para examinar o que os departamentos haviam feito para maximizar os contratos de trabalhos de seus docentes. Ao examinar-se as planilhas, verificou-se que a maioria dos departamentos não havia cumprido a meta estipulada pelo Conselho e a Faculdade de Direito negava-se a realizar qualquer tipo de corte salarial, argumentando que seus docentes poderiam entrar na Justiça caso a PUC efetuasse unilateralmente os cortes previstos.

A ameaça de intervenção

Já no dia 21/12 a Faculdade de Direito volta atrás e anuncia um corte de cerca de 30% de sua folha docente, o equivalente a R\$ 375.000,00. Porém, nesta mesma sessão, as preocupações se redobram, pois a Reitora Maura Vêras anuncia a conversa que teve com o Grão Chanceler Dom Cláudio

Hummes, e a possibilidade, levantada por ele, de que a reitora não mais ocupasse o cargo de secretária executiva da Fundação São Paulo, caso as exigências dos bancos não fossem cumpridas.

Na quinta-feira, 22/12, a reitora reuniu-se com os bancos, para mostrar a boa vontade da PUC em sanar o seu déficit. À tarde um novo encontro com a AFAPUC e a APROPUC para explicar a grave situação da universidade, seguida de um novo Consun extraordinário. Na sequência a professora reuniu-se com a comunidade no Tuca e expôs mais uma vez a gravidade da situação. Depois de tudo isso D. Cláudio, em contato telefônico com a Reitora, resolve mantê-la no cargo.

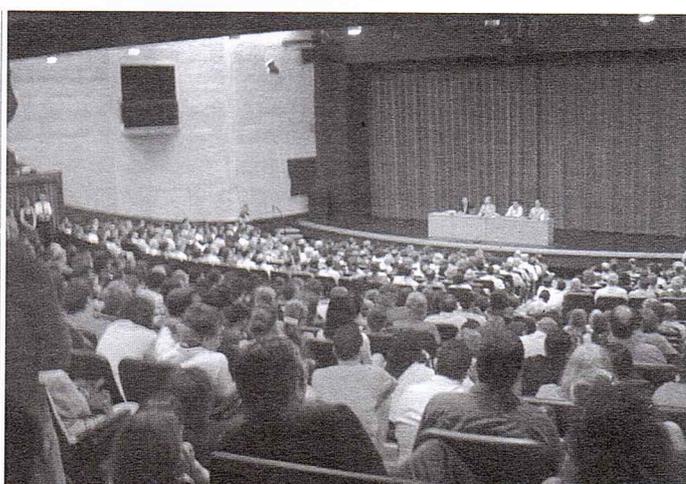
Uma nova sessão do Consun acontece na segunda-feira, 26/12, nela os conselheiros estudam as propostas de redução salarial levantadas pela reitoria: empréstimo compulsório de 50% do adicional por tempo de serviço e um redutor salarial que poderia atingir a 8,5% dos salários docentes. Porém, o que mais chamou a atenção da comunidade foi a carta de Dom Cláudio, pedindo taxativamente que a Reitoria efetuasse, sem delongas, as demissões que se fizessem necessárias, evitando perda de tempo com acor-

dos salariais.

A professora Maura Vêras garantiu que não renunciaria, por enquanto, e os conselheiros sugerem que a reitoria volte a discutir com as unidades um novo enxugamento.

Na terça-feira, 27/12, a reitoria começa a reunir-se novamente com os departamentos para definir novas medidas para solucionar o déficit. Assessores da vice-reitoria acadêmica apresentavam listas de possíveis professores que poderiam ser cortados, segundo os critérios estabelecidos pelo Consun, preferencialmente analisando-se os currículos Lattes. Não foram divulgados números oficiais, mas segundo alguns cálculos os professores demitidos naqueles dois dias eram superiores aos 84 anunciados no início do processo de maximização. A Reitoria negou que o episódio pudesse ter as características de uma nova Noite de São Bartolomeu (referência ao episódio histórico onde cerca de 100 mil protestantes franceses foram massacrados pelos reis católicos da França, na noite de 24 de agosto de 1572).

O último Consun do ano (que seria realizado na quinta-feira, 29/12) foi transferido para o dia 4/01/06, quando a Reitoria deverá ter um quadro melhor definido dos cortes realizados pelos departamentos.



Dois momentos da Reitoria: No Consun, explicando a crise ao conselheiros (esq.), e no Tuca expondo as suas preocupações à comunidade (dir.)

Carta da assembleia dos professores à Reitoria

Chamamos a atenção da Reitoria de que a via das demissões para solucionar o déficit financeiro e pagar dívidas bancárias é a pior para os trabalhadores e para o ensino.

Em nossa história nunca nos deparamos com medidas tão violentas. Arcamos com atrasos salariais e parcelamentos como resultados de uma crise que não criamos. Mas agora está sendo imposta a medida mais destrutiva: cobrir o déficit de 4 milhões por meio de demissões e aumento da carga de trabalho.

As assembleias da APROPUC já haviam proposto à Reitoria discutir outras medidas que evitassem demissões e destruição do contrato de trabalho. Mas não fomos ouvidos.

Sempre defendemos os direitos trabalhistas como forma de garantir as condições de trabalho. E temos consciência de que se trata de uma necessidade e princípio de todos os assalariados do país. Não aceitamos as demissões e o desemprego como um acontecimento natural.

Isto não significa acobertar o não trabalho. Por outro lado, não aceitamos a realização de pretensas avaliações como justificativa de demissões arbitrárias.

A maximização da 65/78 constituiu um primeiro golpe no emprego e no contrato de trabalho. No entanto, o avalista do empréstimo, D. Cláudio Hummes, considerou insuficientes as demissões. Em sua carta, lida no Consun em 26/12/05 pela Reitora Maura, D. Cláudio exige que a Reitoria demita sem demora e não perca tempo em acordos salariais, que poderiam dar lugar a pendências jurídicas. Entendemos essa recomendação como uma intervenção. Ao aceitá-la, a Reitoria impossibilita as negociações com os professores, que vêm sendo feitas por meio da APROPUC, no sentido de pôr fim às demissões e garantir o contrato de trabalho, buscando um acordo, ainda que por meio de redução salarial.

Trata-se de um sacrifício custoso, fere nossos direitos e quebra conquistas, que sustentaram às condições educacionais da Universidade. No entanto, nos dispomos a tal perda para eliminar a via das demissões em massa.

A Reitoria está diante de duas possibilidades: ou seguir as determinações do Grão Chanceler de demitir em massa ou, ao invés disso, assumir juntamente com os professores, funcionários e estudantes soluções que não destruam o trabalho, as bases estruturais do ensino e nossas frágeis conquistas democráticas.

Na assembleia, de 27/12/05, analisamos que a via adotada pela Reitoria não se limita a resolver o déficit financeiro: aponta para mudanças nos fundamentos institucionais, nas estruturas de ensino e nas relações sociais. Se não dermos outro rumo para a solução da crise, estará colocada a mercantilização sem atenuantes.

É nos momentos de crise e de seu agravamento que as forças se manifestam abertamente. No nosso caso, a via das demissões em massa indica o predomínio das tendências retrógradas. Encarnam a mercantilização da educação, que comanda o processo educacional do ensino superior.

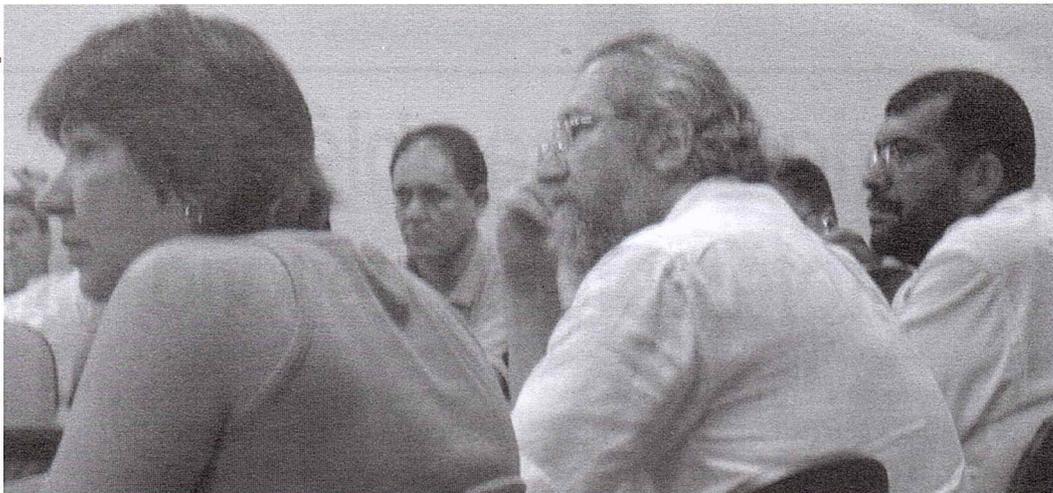
A crise deve ser enfrentada – é o que pensam também os professores –, mas não deve servir de pretexto para dar lugar à escola para o lucro. Esse é o risco que a PUC está correndo. É também nesse sentido que a Assembleia da APROPUC se posiciona contra a via das demissões e propõe à Reitoria assumir um acordo trabalhista e educacional claro com o conjunto da comunidade universitária. E que assumamos de fato a autonomia universitária e sua democracia para enfrentar a crise como defesa do ensino e da pesquisa. Resumimos nossa proposta:

1. Não às demissões;
2. Não à destruição do contrato de trabalho;
3. Acordo em torno dos salários e adicionais como caminho para enfrentar a crise financeira da Universidade.

A Assembleia convida a Reitoria para um encontro aberto com os Professores, 5ª feira, 29/12/05, às 15:00 horas, na sala 333.

*Profª Priscilla Cornalbas
Presidente*

28/dezembro/2005



FÁBIO NASSIF

Diretorias da APROPUC e AFAPUC reúnem-se com a Reitoria

Carta da diretoria da APROPUC à Reitoria

Consideramos necessário um claro pronunciamento da diretoria da Associação nesse momento em que a Reitoria se negou a negociar um acordo para evitar demissões e destruição de nosso contrato de trabalho.

A posição de manter as demissões e pretender que os professores sacrifiquem parte do salário significa descartar toda crise financeira sobre os trabalhadores.

É sabido que a APROPUC tem sua história marcada pela defesa das condições de trabalho e ensino. E rejeitamos a imposição da flexibilização do trabalho – uma forma neoliberal do capital aumentar a exploração, precarizar os contratos de trabalho e enfraquecer a capacidade de luta dos sindicatos. Com a arma das demissões, têm-se imposto reduções salariais e liquidação de direitos trabalhistas. Isso se passa em nível de País.

A diretoria da APROPUC insistentemente trabalhou para que os professores, juntamente com os funcionários e os estudantes, tomassem em suas mãos a crise e dessem um curso de solução para ela. Isso não foi possível. Não alcançamos maturidade social e política para uma ampla mobilização em defesa do trabalho e do ensino. Chegamos agora a uma situação aguda da crise, repleta de contradições.

A Reitoria abriu um processo de demissão por meio da “maximização” da 65/78, embora tenha afirmado à APROPUC que não tinha por objetivo tal consequência. Fomos contra essa via justamente por ter claro que, uma vez aberto o processo de demissão, perderíamos a estabilidade conquistada e teríamos o esgarçamento das relações de ensino, fim primordial de nosso trabalho. Mostramos à Reitoria que a avaliação instituída sobre a “maximização” da 65/78 serviria para demitir.

O Prof. Guilherme Gomes, chefe de Gabinete, nos disse que a avaliação não era “um truque” para demitir. Vemos, no entanto, que a intenção não corresponde aos fatos. Essa nossa constatação ficou mais evidente ainda no momento em que a Reitoria aceitou a Carta de D. Cláudio Hummes, lida no Consun, que

exigia que se demitisse sem demora e que não se perdesse tempo com acordos salariais, passíveis de questionamentos judiciais.

A Reitoria já havia se negado a negociar um acordo abrangente com as Associações para se evitar as demissões e o fraturamento do contrato de trabalho. Diante da nova onda de demissões, agora em pleno recesso acadêmico, uma nova Assembléia retomou a proposta.

A diretoria da APROPUC fez intensos esforços junto à Reitoria para nos livrarmos da via exigida pelo Cardeal e rebatermos a intervenção. Embora inúmeras vezes a Reitoria tenha se pronunciado no Consun sobre a importância de um acordo com a APROPUC, vimos que concretamente quer que aceitemos demissões, fraturamento do contrato de trabalho, redução salarial e outras medidas sobre direitos trabalhistas. Mas os professores, em assembléia, levantaram a proposta de negociar uma saída que sacrificasse até certo ponto os salários, afastando a via das demissões e precarização do contrato de trabalho.

Na prática, as declarações da Reitoria no Consun estão sendo negadas. Inclusive, a maximização da 65/78 que era para reduzir salário e não para demitir, como era previsto pela Reitoria, mostrou ser um instrumento de redução e de aumento da jornada de trabalho. Além disso entendemos que a Reitoria mudou os rumos acordados com o Consun, abandonando as diretrizes que orientam a maximização da 65/78 e passando a implantar uma política de demissão em massa. Está-se trilhando o caminho clássico das empresas capitalistas.

O resultado, não temos dúvidas, será catastrófico. Estamos diante de um retrocesso, que deve ser combatido.

Em nome da APROPUC, a diretoria chama a Reitoria a desfazer o caminho das demissões.

Diretoria da APROPUC

Carta lida em reunião aberta com a Reitoria e aprovada pela assembléia de 29/ dezembro/2005

“Não podemos garantir emprego”

Foi com essa frase que a Reitora Maura Vêras selou o ano de 2005 e sinalizou o preparo do terreno para o ano que começa. Em coletiva de imprensa realizada no dia 30/11, a Reitoria e a Fundação São Paulo, representada pelo próprio Grão Chanceler D. Cláudio Hummes, vieram a público esclarecer a atual situação da crise pela qual passa a universidade, os rumores de intervenção da Cúria e as projeções para o ano de 2006.

A reunião começou com a leitura de uma carta à imprensa esclarecendo o andamento da administração da PUC e de sua crise. Durante toda a coletiva Maura Vêras muito se preocupou em convencer os jornalistas de que a “instituição está em sua normalidade”, como ela mesmo disse na abertura de seu pronunciamento. Falou sobre os futuros investimentos, sobre o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas e comunitárias, garantiu a continuidade dos programas de bolsas e afirmou que os pactos selados ao longo do último ano letivo estão sendo respeitados.

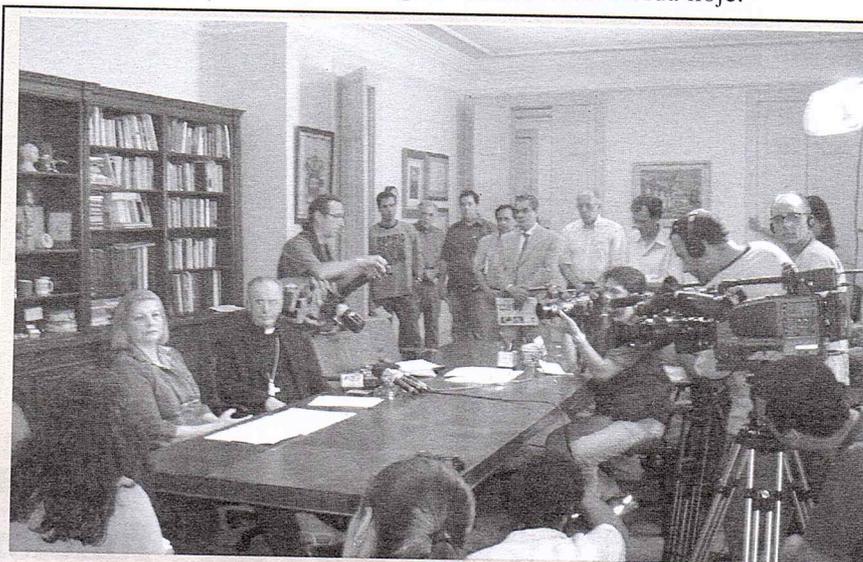
A reitora declarou que sua gestão cuida para que as funções fundamentais da universidade sejam preservadas e, para que tudo funcione bem daqui em diante, faz-se necessário um orçamento compartilhado, a fim de que se tenha clareza dos limites financeiros da universidade. Sobre as medidas tomadas para a administração da crise, disse que nenhuma decisão autoritária está sendo tomada e foi preciso conter gastos pois a PUC carregava um déficit insuportável.

A respeito da reestruturação que já foi iniciada disse que a idéia é que universidade seja auto sustentável e que suas decisões não estão ferindo nenhum projeto acadêmico. Foi feito o corte de 262 funcionários, mas ainda há mais a ser feito. A folha docente é o item mais pesado das despesas, mas o trato com essa parte ainda não está definido. Mas quanto à garantia de emprego, revelou: “Não podemos garantir nada”. Os professores apresentaram uma proposta de redução salarial, mas nem o sindicato da entidade e nem a assessoria jurídica da PUC aprovaram a proposta.

D. Cláudio Hummes falou pouco. Reafirmou a necessidade dos cortes que foram e estão sendo feitos, tanto nos corpos de funcionários e professores

quanto em setores deficitários da instituição. Declarou também que sobre a intervenção da Cúria nunca se chegou a decidir qualquer coisa neste sentido. Perguntado sobre como a crise atingiu

tal patamar, D. Cláudio disse acreditar que os rumos administrativos nunca acompanharam os rumos acadêmicos, algo que no decorrer de anos teria causado a crise vivida hoje.



D. Cláudio Hummes e a reitora Maura Vêras concedem entrevista coletiva na sala da Reitoria

Nota conjunta à imprensa da Fundação São Paulo e da Reitoria da PUC-SP

A PUC-SP tem sido objeto de reportagens nos meios de comunicação locais em virtude do processo de adequação de suas atividades para responder aos desafios financeiros da instituição.

A Fundação São Paulo, entidade mantenedora, a Reitoria e os Conselhos Superiores da Universidade, de forma articulada e cooperativa, estão colocando em prática uma série de medidas nos âmbitos externo e interno da instituição, entre as quais a renegociação de seus débitos e a reestruturação das atividades e dos quadros docentes e administrativos, para lançar a Universidade em um novo ciclo que reafirme sua posição central no ensino superior de qualidade em São Paulo e no Brasil.

Com isso, a Universidade está preparada para iniciar o ano de 2006 com equilíbrio orçamentário sem prejuízo da excelência de suas atividades acadêmicas, administrativas e comunitárias.

Deve ser registrado que a Fundação São Paulo e a PUC-SP são detentoras de todas as certificações e titulações públicas que lhe dão respaldo da

seriedade e viabilidade econômica. Além do mais, como Fundação e detentora de patrimônio social, é velada constantemente pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, por meio da Promotoria de Justiça de fundações nos termos das disposições do Código Civil, com suas contas e balanços rotineiramente auditados e aprovados.

O Presidente da Fundação São Paulo, Cardeal Dom Cláudio Hummes, e a Reitora da PUC-SP, Professora Doutora Maura Vêras manifestam sua confiança na comunidade de estudantes, funcionários e professores, sempre pronta aos maiores desafios, e no público para o qual a Universidade Católica é uma referência insubstituível.

Receberemos a todos em 2006, ano de nosso sexagésimo aniversário, com os braços abertos, para mais uma etapa em que nosso papel educativo e cultural se realize em toda a plenitude S. Paulo, 30 de dezembro de 2005

Cardeal Dom Cláudio Hummes
Presidente da Fund. São Paulo
Prof.^a Dr.^a Maura Vêras
Reitora da PUC-SP

ACIPUC

Rola na rampa



DIA DA CONSCIÊNCIA ADMINISTRATIVA

No dia 23/12 os funcionários realizaram atividades em protesto contra as demissões ocorridas na categoria durante o ano de 2005. Uma exposição no saguão da Biblioteca Central relembrou as lutas da categoria durante as últimas décadas.

A Solidariedade da Adusp aos professores da PUC

A diretoria da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) por meio desta manifestação pública solidariza-se com os professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Temos acompanhado com atenção a crise financeira por que passa a PUC e ficamos particularmente preocupados com as notícias de demissão de docentes e funcionários com o intuito de diminuir ou zerar o déficit mensal exigido pelos bancos credores. Essa solução fiscal, paradigmática da política educacional do governo federal e dos governos estaduais, ameaça a qualidade da formação de quadros e da pesquisa que tem sido uma característica da PUC-SP nas últimas décadas. Essa queda de qualidade beneficiaria os negociatas da educa-

ção superior privada, que visam apenas o lucro fácil, pois ficariam menos distantes desse referencial de qualidade.

Acreditamos que o Chanceler da PUC, Dom Cláudio Hummes, ao endossar essa exigência draconiana dos bancos, desrespeita o Artigo 207 da Constituição Federal que afirma: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão." A diretoria da Adusp fica à disposição da APROPUC para eventuais iniciativas que visem solucionar ou amenizar a atual dramática situação.

São Paulo, 02 de janeiro de 2006.

Prof. João Zanetic
Vice-Presidente da Adusp

Mais funcionários demitidos

Na última sexta-feira, 30/12, mais dois funcionários do laboratório de informática da Comfil foram demitidos. Segundo a coordenadora da DRH, Ângela Rena, as demissões são pontuais, refletindo apenas uma reestruturação no setor, estando descartada uma possibilidade de vinculação a um processo mais amplo de demissão.

Salários podem sofrer atraso

Segundo informações que circularam durante a entrevista coletiva do cardeal Dom Cláudio Hummes, os salários do mês de dezembro, que seriam pagos no dia 6 de janeiro, devem sofrer atraso considerável. Para um assessor da Reitoria somente uma parte deles deverá ser quitada na data prevista, o restante ficará na dependência de entrada de matrículas dos ingressantes.

Programa de Demissão Voluntária é prorrogado

O Programa de Demissão Voluntária, PDV, destinado aos professores da PUC, teve seu prazo final de inscrição prorrogado para 31/01/2006. A redação final do texto base para o acordo pode

sofrer algumas alterações ainda este mês, mas as condições permanecem as mesmas de sua publicação. Até o momento cerca de 58 professores manifestaram interesse em aderir ao programa.